

CONTABILIDADE INTERNACIONAL: a convergência das Normas Internacionais da Contabilidade aplicada às micros e pequenas empresas no município de Barreiras-BA.

Acadêmica: Luana Alves Souza ¹

E-mail: Lua.luana23@hotmail.com

Orientadora: Prof.^a Márcia Teixeira da Silva Pinheiro ²

E-mail: marcia@fasb.edu.br

Co-Orientadora: Prof.^a. Msc. Luciana da Silva Moraes ³

E-mail: Luciana@fasb.edu.br

RESUMO

A contabilidade ao longo dos tempos vem passando por inúmeras mudanças, recentemente a grande alteração foi o processo de convergências aos moldes internacionais de contabilidade. Este arcabouço legal atinge as empresas de grande porte ou as de capital aberto, bem como as pequenas e médias empresas, assim definido pela, Resolução nº 1255/09 do Conselho Federal de Contabilidade que aprova a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME). Por meio bibliográfica e documental é apresentada a relevância do processo de convergência, implementação e harmonização das Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas as empresas de médio e pequeno porte. Será ainda apresentado por meio de uma pesquisa de campo, com a utilização de questionário como os profissionais contábeis do município de Barreiras- BA, compreendem e aplicam as Normas. Os resultados obtidos com a aplicação do questionário evidencia o quanto os profissionais contábeis necessitam aprimorar seus conhecimentos diante das mudanças ocasionadas pelas normas contábeis de contabilidade.

Palavra-Chave: Contabilidade Internacional, Adoção as Normas Internacionais de Contabilidade, CPC-PMEs.

Graduando em Ciências Contábeis do oitavo semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB. Orientador: Prof^a. Márcia Teixeira da Silva Pinheiro, pós-graduada em Auditoria e Controladoria.

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto justifica-se pela verificação da necessidade que há, por parte do empresário e dos profissionais da área contábil, em perfilar as normatizações do CPC-PME, em vigor desde sua adoção em 2009, o qual representa uma mudança significativa na relação de Contador e usuário, tendo em vista a forte integração nas microempresas.

Por ser uma nova forma de escrituração contábil já existente, mas que pouco praticada pelas empresas, era pouco adotada e apenas citada como uma referência contábil Internacional, uma vez que estas respeitavam as normas locais de seus países. Os empresários, contadores e demais profissionais da área precisam reconhecer, identificar e compreender esta nova forma de evolução da Contabilidade Internacional.

Diante deste contexto ainda obscuro, o projeto busca identificar os benefícios da implantação das normas Internacionais de contabilidade aplicadas às micros e pequenas empresas, assim definido pela Resolução nº 1255/09 do Conselho Federal de Contabilidade que aprova a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME). O problema da pesquisa será identificar o nível de conhecimento que norteiam os profissionais contábeis no município de Barreiras no que concernem as determinações das normas internacionais aplicadas às microempresas. Devido à abrangência de internacionalização do mercado capital, observa-se uma expressiva necessidade de se equiparar as normas contábeis brasileiras às normas internacionais.

Diferenças e similaridades fazem com que inúmeras normas, procedimentos e princípios sejam adotados e praticados nos demonstrativos contábeis de outros países. Diante desse contexto, é importante que se promova e desenvolva conhecimento e habilidades que possibilite ao profissional contábil aplicar adequadamente as novas diretrizes contábeis provenientes do processo de convergência das Normas Internacionais de Contabilidade as Normas Brasileiras.

O objetivo deste estudo, foi avaliar o processo de convergência das normas internacionais de contabilidade aplicado as micro e pequenas empresas, determinada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e o

Conselho Federal de Contabilidade, no que tange sua compreensão e aplicação pelos profissionais contábeis. Bem como, investigar a evolução das normas contábeis internacionais e sua implantação e convergência nos países que aderiram ao processo de consolidação das normas contábeis internacionais. Analisar ainda o processo de convergência e aplicação das normas internacionais e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas as micro e pequenas empresas. Por fim, identificar através de uma pesquisa de campo como os profissionais contábeis do município de Barreiras-BA, compreendem, aplicam e divulgar as normas contábeis internacionais aplicadas as micro e pequenas empresas.

2. DESENVOLVIMENTO

A globalização da Contabilidade está inserida em um contexto amplo da economia mundial, onde a captação de recursos internacionais entre países tem se intensificado de maneira que a informação contábil se tornou ainda mais relevante para auxiliar nas tomadas de decisões de investidores e para gestão de administradores. Esta globalidade fez com que a contabilidade evoluísse em suas perfilações com intuito de atender as necessidades do cotidiano de um público crescente sugerindo um processo progressivo e gradual, que indica as tendências e evolução na contabilidade: Segundo Iudícibus (2010, p. 728)

As mudanças fazem parte de um ciclo natural de evolução. Evolução das pessoas, das sociedades, das organizações. A contabilidade não está alheia a isso, muito pelo contrário, está sempre evoluindo. E a primeira evolução da Contabilidade na 1 década do século XXI no Brasil (e também no mundo) é conhecida como a Convergência para as Normas Internacionais. Tais Normas vêm sendo construídas desde 1973 pelo então International Accounting Standards Committee (IASC), transformado em 2001 para International Accounting Standards Board (IASB).

O autor elenca que as mudanças são frutos da evolução natural no processo em que as empresas estão inseridas e a contabilidade está sujeita a este processo, percebe-se que com a globalização não há como deixar de unificar as normas, pois a convergência favorece à construção de padrões normativos que favorecem o cumprimento dos princípios e da eficácia contábil.

Em 1973, foi constituído o IASC - International Accounting Standards Committee, pelos profissionais da contabilidade em países como Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos..., tais normas já existiam, porém na prática eram pouco adotadas, uma vez que estes respeitavam as normas locais de seus países. Tal entidade foi criada com intuito de formular e difundir as normas internacionais de contabilidade de maneira que atendesse as necessidades como um todo, no âmbito mundial.

Em 1997 foi criado dentro da estrutura do IASC o SIC- Standing Interpretations Committee, onde tem por objetivo de interpretar e disseminar as informações contábeis. A partir do momento em que a União Europeia decidiu em aderir as Normas Internacionais de Contabilidade, mais precisamente em 2001 foi instituído o IASB - International Accounting Standards Board, este por sua vez tinha como objetivo analisar a transição e adoção de tais normas. As Normas já existiam, mais as empresas não adotavam. Deu-se a partir deste fato a necessidade de ser criar o GAAP – Generally Accepted Accounting Principles, onde as empresas após adotar as Normas migravam para o GAAP, mais ainda persistia a incerteza da garantia e qualidade de todas as informações contábeis.

No Brasil as Normas Internacionais de Contabilidade foram implantadas a partir de 2007 tendo em vista que algumas opções dadas pelas Normas do IASB acabaram não sendo adotadas no Brasil pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e sua estrutura conceitual dividia-se também superficialmente pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários. A meios dificuldades e a necessidades a normatização do processo de convergência para as normas internacionais no Brasil deu-se origem em de 2010, o CPC emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 37, intitulado como Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, e CVM e CFC adotaram, conforme demonstrado abaixo. De acordo, Iudícibus, Sergio, (2010, p.728)

IN1. Muitas sociedades brasileiras estão obrigadas a adotar; por exigência de diversos órgãos reguladores contábeis brasileiros, a partir de 2010, as Normas Internacionais de Contabilidade emanadas do IASB- International Accounting Standards Board (International Financial Reporting Standards- IFRSs) em suas demonstrações contábeis consolidadas. (Iudícibus, Sergio, 2010, p.728)...IN2. Como algumas dessas normas têm como consequência ajustes retrospectivos, o IASB emitiu sua IFRS 1 First-time Adoption of

International Financial Reporting Standards, cuja mais recente versão de novembro de 2008, com ajustes em julho de 2009), tem como objetivo de regular a situação quando a entidade aplica integralmente as Normas Internacionais pela primeira vez. Essa norma foi tomada como base para elaboração deste Pronunciamento, de forma que as demonstrações consolidadas possam ser declaradas pela administração da sociedade como estando conforme as Normas Internacionais de Contabilidade como emitidas pelo IASB (denominadas simplesmente como IFRS.

A implementação do IFRS no Brasil e a harmonização com as IFRS, tem como principal objetivo tornar viável em suas demonstrações contábeis o fornecimento das informações fidedigna e transparente de uma entidade de forma que sejam uteis e seguras para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisão. Pronunciamento CPC 37 tem garantido que as primeiras demonstrações contábeis de uma entidade, elaboradas conforme as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), contenham informações de alta qualidade e proporcionem um ponto de partida adequado para as contabilizações de acordo com as IFRSs; e possam ser geradas a um custo que não supere os seus benefícios. Conforme a Resolução CFC 1.103, Art. 3º 4º:

Art. 3º O Comitê tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil por meio da reforma contábil e de auditoria que resulte numa maior transparência das informações financeiras utilizadas pelo mercado, bem como no aprimoramento das práticas profissionais, levando-se sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais... Art. 4º Identificar e monitorar as ações a serem implantadas para viabilizar a convergência das normas contábeis e de auditoria, a partir das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) editadas pelo CFC e dos Pronunciamentos de Contabilidade e Auditoria editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, respectivamente, bem como de assuntos regulatórios no Brasil, com vistas ao seu alinhamento às Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB, às Normas Internacionais de Auditoria e Asseguração.

É importante salientar que para a aplicabilidade e validação das informações contidas nas demonstrações é preciso estar de acordo com as documentações exigidas pelas Normas Internacionais de Contabilidade.

Após implementação e adoção do IFRS no mundo e em seguida os Pronunciamentos CPC 37 no Brasil, a IASC relatou através de um relatório a

carência de se ter uma versão específica das Normas Internacionais de Contabilidade, aplicadas a micro e pequenas empresas. Tal necessidade se daria pelos crescentes números de empresas de micro e pequeno porte inseridas no mundo nos negócios. A presença das PME's em alguns países representa quase 99% do total das empresas, uma constante tratando-se de uma na economia local. Para alguns países já são exigidos as elaboração publicações das demonstrações financeiras e quase sempre estão sujeitas a auditoria. O CPC foi reconhecido pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.255/09, o qual entrou em vigor nos exercícios iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2010.

Em junho de 2010, o CFC fez uma inclusão no CPC PME o Glossário de Termos, mesmo instituído pelo IFRS para PME's (IASB). Em dezembro de 2010, com intuito de facilitar a adoção do CPC PME, o CFC facultou para aquele período a elaboração e publicação de ajustes correspondentes a períodos anteriores das demonstrações contábeis comparadas ao exercício 2010.

A normatização pela Resolução CFC nº 1.255/09, que conforme a atual estrutura geral das Normas Brasileiras de Contabilidade refere-se à NBC TG 1000. A NBC TG 1000 divide-se em 35 seções onde sua Adoção Inicial dar-se na seção 35, é tem sua aplicabilidade em entidades que aplicam pela primeira vez, independente das práticas contábeis anteriores adotadas, as novas práticas instituídas pelo CPC PME. As demonstrações contábeis da entidade, conforme estas Normas devem conter declaração clara e não reservada obedecendo às conformidades estabelecidas pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. De acordo, a Resolução CFC nº 1.255/09:

Art. 1º Incluir, na NBC T 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09, o Apêndice “Glossário de Termos”... Adoção inicial da Contabilidade para PME's: Situação em que a entidade apresenta, pela primeira vez, suas demonstrações contábeis anuais de acordo com a NBC T 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, independentemente de ter sido o seu arcabouço contábil anterior o IFRS completo ou outra prática contábil.

O CPC PME foram desenvolvidos para alicerçar a estrutura mais estável da adoção de normas de contabilidade, sendo previsto novas revisões e

alterações em períodos não inferiores a três anos, e as IFRSs a mudanças anuais. CPC PME é considerada uma grande evolução no que consiste a normatização das Normas Internacionais de Contabilidade para PMEs brasileiras, o pequeno e médio empresário deve considerar sempre a adoção do conjunto completo de Normas do CPC, quando objetivos de curto e médio prazo indicar desenquadramento como PME, bem como existir a possibilidade de captação de capital. Como também as vantagens às pequenas e médias empresas. Isto porque, ao ajustar sua contabilidade e gestão patrimonial aos novos conceitos, as pequenas empresas estão, abrindo as portas para os investidores nacionais ou internacionais, para a chegada de um novo sócio ou para a abertura de seu capital nas bolsas de valores. Conforme a Resolução CFC Nº. 1.255/09).

O objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação.

Demonstrações contábeis também mostram os resultados da diligência da administração – a responsabilidade da administração pelos recursos confiados a ela.

A convergência às normas Internacionais de Contabilidade às médias e pequenas empresas, possibilita benefícios econômicos e financeiros as PMEs, pois o principal objetivo das demonstrações contábeis elaboradas de acordo com o IFRS para PMEs é informar a todos os interessados sobre a posição e o desempenho financeiro da entidade. Bem como aprimorar a qualidade e transparência das demonstrações contábeis de uso geral. A convergência às normas Internacionais de Contabilidade às médias e pequenas empresas, possibilita benefícios econômicos e financeiros as PMEs, pois o principal objetivo das demonstrações contábeis elaboradas de acordo com o IFRS para PMEs é informar a todos os interessados sobre a posição e o desempenho financeiro da entidade. Bem como aprimorar a qualidade e transparência das demonstrações contábeis de uso geral. As empresas pequenas e de médio porte, tem como principais fontes de financiamentos sistema bancário, o próprio sócio ou a retenção de lucros, em maioria a captação de recurso são concedidos pelos Bancos. Assim, as Instituições bancárias dependem de

informações fidedignas quanto as demonstrações financeiras da empresa.

Portanto, o aprimoramento da qualidade das demonstrações contábeis, reduzirá a assimetria internacional entre a entidade e o banco. Pois, quanto maior a evidencia de liquidez em suas demonstrações, menor será o risco do banco, conseqüentemente, reduzirá as taxas de juros cobrados as empresa.

As PMEs terá um menor custo de capital, observa-se ainda, que á medida que as entidades forem adotando as normas internacionais (IFRS para PMEs), as informações obtidas das demonstrações, poderão ser comparadas entre ás Micro e Pequenas Empresas.

O Brasil possui quase meio milhão de contabilista registrados nos 27 Conselhos Regionais de Contabilidade. Para os profissionais contábil, a convergência das Normas Internacionais de Contabilidade, em especial para Micro e Pequenas empresas, isso significa mudanças consideráveis na aplicabilidade da contabilidade já executada. Está nova forma de elaboração nas demonstrações contábeis, possibilitará aos contabilistas uma visão mais abrangente da situação econômica e financeira da entidade, permitirá também a seguridade nestas informações, fazendo com que as demonstrações contábeis sejam utilizadas como ferramentas úteis nas tomadas de decisões. Para isso, o profissional contábil, terá o desafio de investir em preparação e atualização de seus conhecimentos, bem como precisará ter o entendimento completo das Normas Internacionais, pois o aprimoramento das Normas requerem além da leitura, compreensão e aplicabilidade, conhecimento mínimo em Matemática Financeira e Economia.

O presente estudo se propõe a averiguar o impacto e aplicabilidade das Normas Internacionais de Contabilidade, de acordo com a Resolução nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade, juntamente com a NBC TG 1000- Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME); no cenário empresarial e contábil das empresas no município de Barreiras.

A natureza desta pesquisa é de base qualitativa de caráter exploratório, onde será utilizado o método indutivo, pois busca uma compreensão mais aprofundada do contexto em que o problema da pesquisa esta inserida, como forma de descobrir indagações que possam orientar uma melhor mensuração e utilização das informações.

Para alcance do primeiro objetivo será realizada a verificação bibliográfica para investigar a evolução das normas contábeis internacionais, como fonte de pesquisa para observar a proposta de implantação e convergência nos países, que será desenvolvida através da observância em livros, artigos, sites e normas referentes aos temas.

Para alcance do segundo capítulo, será necessário analisar o processo de convergência e aplicação das normas internacionais e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas as micros e pequenas empresas através de estudo detalhado diante das normas internacionais de contabilidade em consonância com os pronunciamentos do CPC para fundamentar os conceitos teóricos para assimilar com clareza e que orientem o estudo referido.

E para uma averiguação final será realizada uma pesquisa de campo, com utilização de um questionário (em anexo), que visa averiguar como os profissionais contábeis do município de Barreiras-BA, compreendem e aplicam as normas. Assim o universo da pesquisa será composto por 24 empresas. A amostra será realizada em 8 escritórios de contabilidade, que atende empresas de pequeno e médio porte, conforme dados cedidos pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia.

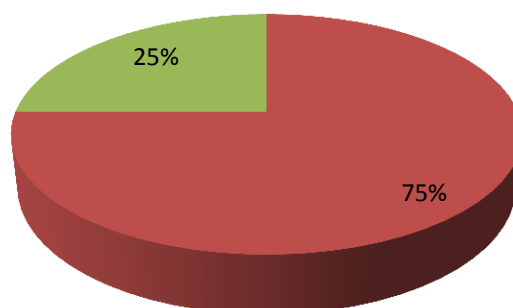
O processo brasileiro de adoção das normas contábeis fundamentadas no padrão IFRS, teve suas primeiras aplicabilidades com as grandes companhias, anos após estendeu-se as Micros, Médias e Pequenas empresas, regulamentada na Resolução CFC n.º 1.255/09. Sendo as PMEs parte considerável do cenário empresarial no Brasil. Diante desta relevância das PMEs para a economia brasileira a Adoção e Implementação das normas contábeis tornou-se uma necessidade.

Para tanto os profissionais contábeis precisam estar preparados para reconhecer, identificar e compreender esta nova forma de evolução da Contabilidade Internacional.

Figura:01 - Análise do conhecimento da classe contábil

Questão 10

■ Apto para atuar ■ Precisa perscrutar mais o assunto ■ Desconhece o tema



Fonte: Pesquisa de Campo 2013

A disseminação do conhecimento desta norma possibilitará ao contabilista uma visão mais abrangente da empresa, sendo possível ater-se não apenas aos aspectos fiscais, mas a realidade econômica e financeira da empresa. Portanto, o aperfeiçoamento deste profissional é necessário, tendo em vista as amplas mudanças. É preciso entender ainda que a Contabilidade deixou de ser uma ferramenta que executa as informações da empresa, passando a ser um sistema de informação holístico, capaz de prover e prever fatos que, de certa forma, influenciarão diretamente nas tomadas de decisão.

3. CONCLUSÃO

O objetivo do trabalho visou responder, como a convergência das Normas Internacionais da Contabilidade aplicada às micros e pequenas empresas no município de Barreiras-BA, está sendo compreendida e aplicada pelos profissionais contábeis. Os resultados obtidos com o questionário, evidenciam a necessidade deste profissional em perscrutar muito mais seus conhecimentos sobre o assunto. A hipótese inicialmente levantada foi parcialmente negada, haja vista que os contadores conhecem o processo de convergência e adoção, porém a ausência de aprimoramento e especializações

do contabilista referente as normas instituídas pelo CPC-PME. Resulta diretamente em não aplicarem as normas internacionais de contabilidade às empresas de pequeno e médio porte no Município de Barreiras - BA

BIBLIOGRAFIA

CPC-Comitê de Pronunciamentos Contábeis: CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Disponível em:
<<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>> Acesso em 14 Abril 2013.

Iudícibus de Sergio. **Manual de Contabilidade Societária...** [et.al.]. –São Paulo: Atlas, 2010.

Neves, Silvério das, 1953- **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. Silvério das Neves, Paulo Eduardo V. Viceconti.- 16.ed.- São Paulo: Saraiva, 2011.

Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras/ Ernst & Young, Fipecafi. – 2.ed.- São Paulo: Atlas, 2010.

Brasil começa a adotar IFRS na Contabilidade de PMEs. Revista Brasileira de Contabilidade, Ano 2010 nº 186, Novembro – Dezembro.